



ENTRONCAMENTO



cidade ferroviária

VI - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. Demonstrações Financeiras



DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS			
Nº	DESIGNAÇÃO	SNC-AP	Doc. TC
6.1	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		
6.1.1	Balanço	NCP1	A1
6.1.2	Demonstração de resultados por natureza	NCP1	A1
6.1.3	Demonstração das alterações no patrimônio líquido	NCP1	A1
6.1.4	Demonstração de fluxos de caixa	NCP1	A1
6.1.5	Anexo às demonstrações Financeiras	NCP1	A1
	Anexo I – Caracterização da entidade	NCP1	D4
	Anexo II – Custo com empréstimos obtidos	NCP1	A1
6.2	DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS		
6.2.1	Demonstração do desempenho orçamental	NCP26	A1
6.2.2	Demonstração de execução orçamental da receita	NCP26	A1
6.2.3	Demonstração de execução orçamental da despesa	NCP26	A1
6.2.4	Demonstração de execução das GOP	NCP26	A1
6.2.5	Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimento (PPI)	NCP26	A1
6.2.6	Demonstração de Execução das Atividades Mais Relevantes (AMR)	NCP26	A1
6.2.7	Anexo às Demonstrações Orçamentais		
6.2.7.1	Alterações orçamentais da receita	NCP26	A1
6.2.7.2	Alterações orçamentais da despesa	NCP26	A1
6.2.7.3	Alterações ao PPI	NCP26	A1
6.2.7.4	Resumo Alterações Orçamentais da Receita – por rubrica agregadora	NCP26	A1
6.2.7.5	Resumo Alterações Orçamentais da Despesa – por rubrica agregadora	NCP26	A1
6.2.7.6	Resumo Alterações Orçamentais ao PPI	NCP26	A1
6.2.7.7	Operações de tesouraria	NCP26	A1
6.2.7.8	Contratação administrativa – Situação dos contratos	NCP26	A1
6.2.7.9	Transferências e subsídios - receita	NCP26	A1
6.2.7.10	Transferências e subsídios - despesa	NCP26	A1

6.1.1. Balanço

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Balanço em 31 de Dezembro de 2022

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	69.784.764,58	56.217.004,89
Propriedades de investimento	8	1.478.451,75	1.512.565,61
Ativos intangíveis	3	132.306,95	105.224,90
Ativos biológicos			
Participações financeiras	20	683.389,43	356.249,34
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Clientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber			
		72.078.912,71	58.191.044,74
Ativo corrente			
Inventários	10	168.596,55	161.349,69
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	23.1	984.998,91	389.511,45
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	9	554.150,96	544.026,41
Estado e outros entes públicos	23.2	308.336,25	77.764,87
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	23.3	5.490.314,84	5.662.787,65
Diferimentos			
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1	3.494.364,86	2.553.269,25
		11.000.762,37	9.388.709,32
Total do Ativo		83.079.675,08	67.579.754,06
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	23.5	16.180.287,46	16.180.287,46
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas	23.5	798.096,31	726.390,02
Resultados transitados	23.5	22.515.629,87	8.014.061,49
Ajustamentos em ativos financeiros		361.014,76	
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido	23.5	30.314.608,61	27.203.526,42
Resultado líquido do período	23.5	1.208.029,26	1.434.125,80
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido		71.377.666,27	53.558.391,19

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Balanço em 31 de Dezembro de 2022

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	40.001,00	40.001,00
Financiamentos obtidos	7	5.382.255,03	5.379.226,71
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos	23.4	210.157,36	240.179,84
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			
Outras contas a pagar			
		5.632.413,39	5.659.407,55
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	23.3	1.125,00	606,88
Fornecedores	23.3	722.948,17	552.369,57
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	23.2	71.481,92	63.583,79
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	7	913.468,58	848.216,00
Fornecedores de investimentos	23.3	276.413,19	409.692,58
Outras contas a pagar	23.3	1.769.703,35	1.488.393,63
Diferimentos	23.4	2.314.455,21	4.999.092,87
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		6.069.595,42	8.361.955,32
Total do Passivo		11.702.008,81	14.021.362,87
Total do Património Líquido e Passivo		83.079.675,08	67.579.754,06

6.1.2. Demonstração de resultados por natureza

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2022

Valores em €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2022	31/12/2021
Impostos, contribuições e taxas	14/23.6	5.779.430,12	5.260.202,39
Vendas	13/23.6	1.471.366,20	1.345.803,58
Prestações de serviços e concessões	13/23.6	1.851.455,76	1.480.280,58
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empre		-33.874,67	6.594,20
Transferências e subsídios correntes obtidos	14/23.6	6.742.304,08	5.365.753,84
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários tr	10/23.7	-1.145.657,77	-1.001.852,39
Fornecimentos e serviços externos	23.7	-4.253.801,31	-3.500.275,40
Gastos com pessoal	19/23.7	-6.263.085,22	-5.760.896,30
Transferências e subsídios concedidos	23.7	-951.269,05	-682.943,99
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9/23.7	10.592,79	-100.249,07
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	13/14/236	1.772.475,95	1.927.979,24
Outros gastos	23.7	-705.466,22	-434.241,84
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		4.274.470,66	3.906.154,84
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5/8	-3.003.265,65	-2.403.754,07
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		1.271.205,01	1.502.400,77
Juros e rendimentos similares obtidos	13/23.6	46.522,16	28.088,58
Juros e gastos similares suportados	7/23.7	-109.697,91	-96.363,55
Resultado antes de impostos		1.208.029,26	1.434.125,80
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		1.208.029,26	1.434.125,80
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam		1.208.029,26	1.434.125,80

6.1.3. Demonstração das alterações ao património líquido

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Ano: 2022

Descrição	Notas	Capital / Património Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajusta- mentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Reva- lorização	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	16.180.287,46	0,00	0,00	0,00	726.390,02	8.014.061,49	0,00	0,00	27.203.526,42	1.434.125,80	53.558.391,19	0,00	53.558.391,19
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.111.082,19	0,00	3.111.082,19	0,00	3.111.082,19
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.434.125,80	0,00	0,00	0,00	-1.434.125,80	0,00	0,00	0,00
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.434.125,80	0,00	0,00	3.111.082,19	-1.434.125,80	3.111.082,19	0,00	3.111.082,19
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.208.029,26	1.208.029,26	0,00	1.208.029,26
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)										-226.096,54	4.319.111,45	0,00	4.319.111,45
Operações com detentores de capital no período														
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	71.706,29	13.067.442,58	361.014,76	0,00	0,00	0,00	13.500.163,63	0,00	13.500.163,63
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	71.706,29	13.067.442,58	361.014,76	0,00	0,00	0,00	13.500.163,63	0,00	13.500.163,63
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	16.180.287,46	0,00	0,00	0,00	798.096,31	22.515.629,87	361.014,76	0,00	30.314.608,61	1.208.029,26	71.377.666,27	0,00	71.377.666,27

6.1.4. Demonstração de fluxos de caixa

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2022

Valores em €

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2022	31/12/2021
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		3.392.874,19	2.753.526,50
Recebimentos de contribuintes		4.983.877,19	4.517.351,40
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		6.689.438,28	5.257.998,45
Recebimentos de utentes		30.818,91	
Pagamentos a fornecedores		-5.349.706,08	-5.048.194,64
Pagamentos ao pessoal		-3.824.235,23	-3.493.202,12
Pagamentos a contribuintes / Utes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-622.401,66	-393.245,18
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		5.300.665,60	3.594.234,41
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		680.243,66	973.077,35
Outros pagamentos		-5.120.485,10	-8.263.644,16
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		860.424,16	-3.696.332,40
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-1.499.360,16	-211.129,31
Ativos intangíveis		-35.551,67	-270,60
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		12.576,08	78.563,44
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		337.933,43	316.264,98
Investimentos financeiros			
Outros ativos			402.855,65
Subsídios ao investimento		671.499,78	3.457.391,71
Transferências de capital		647.977,76	407.437,00
Juros e rendimentos similares			
Dividendos		7.923,16	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		142.998,38	4.451.112,87
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.470.460,00	1.588.889,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1.451.982,89	-1.260.621,84
Juros e gastos similares		-80.804,04	-79.185,55
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-62.326,93	249.081,61
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		941.095,61	1.003.862,08
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.553.269,25	1.549.316,10
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3.494.364,86	2.553.269,25
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.553.269,25	1.549.316,10
- Equivalentes a caixa no início do período		-970.050,20	-438.554,20
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		970.050,20	438.554,20
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		2.553.269,25	1.549.316,10
De execução orçamental		2.002.228,42	1.248.298,45

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO**Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2022****Valores em €**

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2022	31/12/2021
De operações de tesouraria		551.040,83	301.017,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3.494.364,86	2.553.269,25
- Equivalentes a caixa no fim do período		-975.577,95	-970.050,20
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		975.577,95	970.050,20
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		3.494.364,86	2.553.269,25
De execução orçamental		2.904.139,63	2.002.228,42
De operações de tesouraria		590.225,23	551.040,83

6.1.5. Anexo às demonstrações financeiras

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico**1.1. Identificação da Entidade**

A informação relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras encontra-se no ANEXO I e o organograma no ponto 2.3. do presente relatório.

1.2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**a) Referencial contabilístico**

As presentes demonstrações financeiras são relativas ao ano de 2022 e foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP sem exceções ou derrogações.

De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis ao Município do Entroncamento nem significativas para a compreensão das demonstrações financeiras em análise.

b) Comparabilidade

As demonstrações financeiras relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respetivo suporte documental, mantidos de acordo com a legislação em vigor e preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, alterações, performance e fluxos de caixa.

c) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro 1 – Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2022	2021
Caixa	10.454,11	10.327,58
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	2.508.332,80	1.572.891,47
Outros depósitos		
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados	975.577,95	970.050,20
Total	3.494.364,86	2.553.269,25

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras;**a) Ativos fixos tangíveis e propriedade de investimento**

São reconhecidos como ativos fixos tangíveis todos aqueles que são detidos para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços no âmbito das atribuições do Município, ou para fins administrativos e que se espera que sejam usados durante mais de um período de relato.

São reconhecidos como propriedade de investimento todos os ativos detidos para a obtenção de rendas e/ou valorização de capital.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição do ano para o novo normativo contabilístico, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2). Os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento que transitaram de ano foram mensurados pelo seu custo.

Os bens que foram reconhecimentos na transição para o SNC-AP foram mensurados pelo valor patrimonial tributário (VPT).

Relativamente ao registo contabilístico de Bens de Domínio Público, sob o controlo do Município, foi concluído em 2022 um estudo/avaliação que determinou o valor razoável e estimativa das Vidas Úteis Remanescentes de um conjunto de ativos, para utilização no âmbito do SNC-AP.

Foram objeto de estudo os ativos imóveis correspondentes a:

- Rede Viária;
- Rede de Águas (Conduções e Ramais);
- Rede de Saneamento (Coletores e Ramais);
- As infraestruturas foram avaliadas tendo por base técnicas de avaliação da empresa;
- Foi determinada a vida útil remanescente de cada bem, que representa o número de anos que o avaliador estimou que resta de vida útil, desde a data da avaliação até ao momento em que o ativo deixa de ter potencial de serviço;
- Foi tido em consideração o estado de conservação, o tipo de piso e determinada a vida útil esperada de cada bem, bem como as respetivas amortizações.
- A identificação dos bens sujeitos a avaliação foi efetuada pelos serviços municipais, tendo como base os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) da autarquia.

O resultado da avaliação não se trata do justo valor dos bens para fins de venda, mas sim um método de avaliação para efeitos de registos contabilísticos de acordo com o SNC-AP, que regra geral se traduz num critério mais prudente.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registrados ao custo acrescido dos dispêndios diretamente atribuíveis deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Participações financeiras

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo. O aumento verificado de 2021 para 2022 refere-se à participação na RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M, S.A. De acordo com a NCP 23 foi utilizado o Método de Equivalência Patrimonial, como método simplificado de consolidação. Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento numa associada ou num empreendimento conjunto é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, utilizando o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência que consta no CC2. As amortizações são feitas por duodécimos.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Disponibilidades

As disponibilidades estão expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e outras entidades são mensuradas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.



Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

De acordo com a NCP 15, o Município só reconhece provisões quando as mesmas sejam fiavelmente mensuráveis e a probabilidade de ocorrerem exfluxos de meios líquidos seja superior à probabilidade de não existirem.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que haja a possibilidade de existir um exfluxo de recursos e que esta não seja remota.

Os passivos contingentes são avaliados em cada data de relato para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

Financiamentos Obtidos (empréstimos)

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Encontra-se efetuada a adequada reflexão na estrutura do Balanço, nas respetivas naturezas da dívida. O valor a amortizar no período de 1 ano está refletido em passivo corrente e o restante valor está refletido em passivo não corrente.

Regime do acréscimo ou da periodização económica

Contabilisticamente, as transações e outros acontecimentos são reconhecidos nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam, quando ocorrem os eventos económicos, independentemente do momento em que ocorre o recebimento ou pagamento, cumprindo-se o princípio do acréscimo previsto na NCP1.

No ano de 2022, dando continuidade ao já efetuado em POCAL, foram efetuados os movimentos contabilísticos necessários à especialização do exercício, quer de gastos, quer de rendimentos.

Impostos e taxas imputados ao período (2720):

IRS - valor previsto na proposta de orçamento de Estado de 2023;

IMI - Imposto municipal de imóveis – valor previsto no orçamento municipal para 2023;

Derrama – valor previsto no orçamento municipal para 2023.

Devedores por acréscimos de rendimentos (2721):

Outros acréscimos de rendimentos – valores processados em 2022 a receber em 2023.

Credores por acréscimos de gastos (2722):

Estimativas de férias e subsídio de férias que em 31 de dezembro os trabalhadores já tinham direito a receber mas cujo processamento e pagamento apenas se verificará no período seguinte (valores apurados de acordo com os vencimentos de 2022);

Rendimentos a reconhecer (282 e 593):

Subsídios para investimento – Valor das importâncias solicitadas nos pedidos de pagamento, ajustadas aquando dos recebimentos e reconhecidas em rendimentos do exercício ao mesmo ritmo dos bens que financiaram;

Transferências de Capital provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de equilíbrio financeiro e art. 35.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro);

Outros rendimentos do período que devem ser reconhecidos como rendimento no período seguinte.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais previstas por Lei.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes;

Não aplicável

2.3. Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras;

Não aplicável

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte);

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações. Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetam o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados nas demonstrações financeiras do período. Se foram materialmente relevantes são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

Relativamente ao futuro mantém-se um cenário de incerteza face à situação da invasão da Ucrânia por parte da Rússia e o seu impacto na economia.

2.5. Quando a aplicação inicial de uma NCP tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros;

Em 2022 todas as NCP foram aplicadas sem exceção e registrados os correspondentes efeitos.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte);

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, a única estimativa utilizada foi a estimativa de férias e subsídio de férias associados aos empregados e a estimativa dos impostos IMI e Derrama.

2.7. Erros materiais de períodos anteriores;

Não aplicável



Nota 3 - Ativos intangíveis

3.1. Uma entidade deve divulgar o seguinte para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) As vidas úteis ou taxas de amortização usadas

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos. Foram mantidas as taxas de depreciação do referencial anterior que não diferem substancialmente do Classificador Complementar.

b) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos intangíveis encontram-se registrados pelo método do custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

(c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no final do período:

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Quadro 3.1 – Ativos Intangíveis - Variação das Amortizações e Perdas por Imparidades Acumuladas

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6)-(7)-(8)
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	109.951,78	72.069,38	0,00	37.882,40	173.672,30	111.782,85	0,00	61.889,45
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	925.288,76	925.288,76	0,00	0,00	925.288,76	925.288,76	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	67.342,50	0,00	0,00	67.342,50	70.417,50	0,00	0,00	70.417,50
TOTAL	1.102.583,04	997.358,14	0,00	105.224,90	1.169.378,56	1.037.071,61	0,00	132.306,95

Quadro 3.2 - Ativos Intangíveis - Quantia Escriturada e Variações do Período

RUBRICAS (1)	Quantia Escriturada Inicial (2)	Variações								Quantia Escriturada Final (11) = (2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
		Adições (3)	Transf. Internas (4)	Revaloriz (5)	Reversões e Perdas (6)	Perdas por Imparidade (7)	Amortiz. Período (8)	Dif. Cambiais (9)	Diminuições (10)	
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	37.882,40	63.720,52	0,00	0,00	0,00	0,00	-39.713,47	0,00	0,00	61.889,45
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	67.342,50	3.075,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.417,50
TOTAL	105.224,90	66.795,52	0,00	0,00	0,00	0,00	-39.713,47	0,00	0,00	132.306,95

Quadro 3.2-A - Ativos Intangíveis - Adições

RUBRICAS (1)	Adições										
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transf. Ou Troca (5)	Exprop. (6)	Doação (7)	Doação em Pagamento (8)	Locação Financ. (9)	Fusão (10)	Outras (11)	Total
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	63.720,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.720,52
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.075,00	3.075,00
TOTAL	0,00	63.720,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.075,00	66.795,52

Quadro 3.2-B - Ativos Intangíveis - Diminuições

RUBRICAS (1)	Adições				
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Fusão, cisão, reestruturação (4)	Outras (5)	Total (6) = (2)+(3)+(4)+(5)
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos.

Quadro 4.1 - Acordos de concessão de serviços

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão da exploração do sistema municipal de distribuição em alta de água e de drenagem de águas residuais	AVT - Águas do Vale do Tejo	Reservatórios, Furos, Condutas, ETAR e Estações Elevatórias	34 Anos	-	-	-	-
Exploração da Rede de Fibra Ótica Municipal	Firts Rule, S. A.	Rede de Fibra Ótica Municipal	20 Anos	-	-	-	-
Concessão de Instalação, Exploração e Manutenção dos Lugares de Estacionamento Taxados na Via Pública Através de Parcometros	Tecnovia - Sociedade de Empreitadas SA	Espaço do Domínio Público	18 Anos	-	-	-	-
Concessão do Uso Privativo do Domínio Público para Concessão, Construção e Exploração de Crematório no Cemitério do Entroncamento	PLEASANTDEDICATIO N LDA	Terreno	30 Anos	-	-	-	-
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	E-Redes - Distribuição de Eletricidade, S.A.	Infraestruturas afetas ao serviço de eletricidade de baixa tensão	20 Anos	-	-	-	-

Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão

Está em vigor o contrato de concessão com a E-Redes - Distribuição de Eletricidade S.A. relativo às redes de distribuição de energia elétrica em baixa, redes de iluminação pública e postos de transformação do Município do Entroncamento.

Sobre esta concessão verifica-se ser um assunto complexo e ainda não está totalmente clarificado para uma correta aplicação do SNC-AP.

À data o Município encontra-se a aprofundar o método de registo e a tentar obter informação detalhada do concessionário que lhe permita efetuar os registos de acordo com a NCP 4.

Porem, o município ainda se encontra no período do processo de transição de aplicação da NCP4, nos termos da FAQ 47 – Período de transição do normativo anterior para o SNC-AP.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis**5.1. Uma entidade deve divulgar, para cada classe de ativos fixos tangíveis reconhecida nas demonstrações financeiras:****a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:**

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido.

Na avaliação dos bens do domínio público (rede viária, rede de águas e rede de saneamento), concluído em 2022, foi utilizado o Valor Razoável (pelo método do custo).

A estimativa de um valor, pela sua própria natureza, não pode ser considerada como o resultado da aplicação de uma ciência exata e as conclusões obtidas, são em parte, subjetivas e dependem do juízo individual. Desta forma, está geralmente assumido o facto de que não existe uma formula standard de avaliação que seja indiscutível, e que o valor, calculado através da aplicação de método, será sempre um valor aproximado.

Dada a especificidade dos ativos objeto deste estudo, não existe um mercado ativo do qual seja possível aferir elementos sobre vendas ou transações recentes de bens de iguais características (método comparativo de mercado), nesse sentido foi utilizado o método do custo.

O método do custo baseia-se no pressuposto de que um comprador informado não pagaria pelo ativo mais do que o custo de produzir outro ativo em substituição do primeiro, com a mesma utilidade.

b) Métodos de depreciação usados:

A amortização é efetuada com base duodecimal pelo método das quotas constantes ou da linha reta.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada no CIBE para os bens adquiridos em anos anteriores, exceto os bens imóveis cuja vida útil foi atualizada utilizando as taxas constantes do Classificador Complementar. Para os bens adquiridos após 2020 as taxas de depreciação usadas foram as constantes no Classificador Complementar.

Para os bens do domínio público (rede viária, rede de águas e rede de saneamento), objeto de estudo/avaliação, a vida útil remanescente resulta do número de anos que o avaliador estima que resta de vida útil, desde a data da avaliação até ao momento em que o ativo deixa de ser economicamente produtivo.



PRESTAÇÃO DE CONTAS - RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2022

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período:

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

Quadro 5.1 - Ativos Fixos Tangíveis - Variação das Depreciações e Perdas por Imparidades Acumuladas

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Depreciações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Depreciações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7) (8)	Quantia escriturada (9) = (6)-(7)-(8)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	1.283.002,76	0,00	0,00	1.283.002,76	1.283.002,76	0,00	0,00	1.283.002,76
Edifícios e outras construções	2.662.384,57	1.455.878,78	0,00	1.206.505,79	2.797.652,38	1.574.051,04	0,00	1.223.601,34
Infraestruturas	31.481.620,50	20.720.341,59	0,00	10.761.278,91	44.925.563,29	18.485.213,96	0,00	26.440.349,33
Património histórico, artístico e cultural	34.878,53	4.584,41	0,00	30.294,12	34.878,53	4.584,41	0,00	30.294,12
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	35.461.886,36	22.180.804,78	0,00	13.281.081,58	49.041.096,96	20.063.849,41	0,00	28.977.247,55
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	5.591.984,86	0,00	0,00	5.591.984,86	5.591.984,86	0,00	0,00	5.591.984,86
Edifícios e outras construções	42.784.016,65	12.222.497,65	0,00	30.561.519,00	43.652.270,96	13.185.395,85	0,00	30.466.875,11
Equipamento básico	3.224.284,69	2.964.122,58	0,00	260.162,11	3.312.214,13	3.060.590,35	0,00	251.623,78
Equipamento de transporte	1.931.779,26	1.763.878,23	0,00	167.901,03	3.047.004,17	1.824.377,33	0,00	1.222.626,84
Equipamento administrativo	1.031.810,44	990.997,95	0,00	40.812,49	1.069.869,23	1.013.624,80	0,00	56.244,43
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1.634.898,55	1.592.475,36	0,00	42.423,19	1.665.443,33	1.604.377,68	0,00	61.065,65
Ativos fixos tangíveis em curso	6.271.120,63	0,00	0,00	6.271.120,63	3.157.096,36	0,00	0,00	3.157.096,36
	62.469.895,08	19.533.971,77	0,00	42.935.923,31	61.495.883,04	20.688.366,01	0,00	40.807.517,03
TOTAL	97.931.781,44	41.714.776,55	0,00	56.217.004,89	110.536.980,00	40.752.215,42	0,00	69.784.764,58

O quadro da variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas, apresenta-nos os valores iniciais e finais da quantia bruta, amortizações acumuladas, das perdas por imparidade acumuladas e da quantia escriturada.

A quantia bruta apresenta um saldo final de 110.536.980,00 €, o que representa um aumento relativo de 12,87 %, sendo este valor superior à quantia bruta inicial em 12.605.198,56 €.

Para este aumento contribuíram principalmente os seguintes fatores:

- Avaliação dos bens do domínio público (rede de águas, rede de abastecimento de água e rede de saneamento)

O estudo/avaliação foi feito para a totalidade dos bens acima identificados, tendo sido reconhecidos aqueles em que não foi possível fazer uma correspondência direta dos bens entre a avaliação e o que estava registado contabilisticamente no património.

Foram reconhecidos pela primeira vez bens do domínio público que totalizam **13.139.148,87 €**, sendo 2.655.282,55 € referente à rede de abastecimento de água, 1.643.943,78 € referente à rede de saneamento e 8.839.922,54 € referente à rede viária.

A conclusão da aplicação da NCP 5 no presente exercício teve em consideração a FAQ 47 da CNC, que permite refletir os efeitos da transição para o SNC-AP num período de três anos.

- Desreconhecimento de bens do domínio público

Na sequência da avaliação acima referida, foi feito o desreconhecimento de bens registrados que devido à sua antiguidade e descrição não permitia fazer a correspondência direta com a avaliação. Para não correr o risco de duplicação de valores optou-se por fazer o desreconhecimento destes bens (totalmente amortizados).

Esta operação totalizou **3.493.976,33 €**, sendo 1.917.477,68 € da rede viária, 1.034.944,39 da rede de abastecimento de água e 541.554,26 € da rede de saneamento.

- Na sequência do investimento da substituição das luminárias de iluminação pública para LED, foi feito o desreconhecimento dos bens relacionados com as infraestruturas de iluminação pública. Esta operação totalizou **496.150,28 €**.

- Adições (**3.461.062,92 €**) e abates do período (**4.886,62 €**). No campo das adições destaca-se a aquisição de 3 autocarros elétricos (1.062.000,00 €).

Os mapas seguintes refletem os valores acima referidos.

Quadro 5.2 - Ativos Fixos Tangíveis - Quantia Escriturada e Variações do Período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	Quantia Escriturada Final (11) = (2)+(3)+(4)+(5)+ (6)+(7)+(8)+(9)+ (10)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	1.283.002,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.283.002,76
Edifícios e outras construções	1.206.505,79	0,00	135.267,81	0,00	0,00	0,00	-118.172,26	0,00	0,00	1.223.601,34
Infraestruturas	10.761.278,91	13.139.148,87	4.294.920,53	0,00	0,00	0,00	2.235.127,63	0,00	-3.990.126,61	26.440.349,33
Património histórico, artístico e cultural	30.294,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.294,12
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	13.281.081,58	13.139.148,87	4.430.188,34	0,00	0,00	0,00	2.116.955,37	0,00	-3.990.126,61	28.977.247,55
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	5.591.984,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.591.984,86
Edifícios e outras construções	30.561.519,00	0,00	868.254,31	0,00	0,00	0,00	-962.898,20	0,00	0,00	30.466.875,11
Equipamento básico	260.162,11	89.039,42	0,00	0,00	0,00	0,00	-96.467,77	0,00	-1.109,98	251.623,78
Equipamento de transporte	167.901,03	1.118.733,70	0,00	0,00	0,00	0,00	-60.499,10	0,00	-3.508,79	1.222.626,84
Equipamento administrativo	40.812,49	38.242,12	0,00	0,00	0,00	0,00	-22.626,85	0,00	-183,33	56.244,43
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	42.423,19	30.629,30	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.902,32	0,00	-84,52	61.065,65
Ativos fixos tangíveis em curso	6.271.120,63	2.184.418,38	-5.298.442,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.157.096,36
	42.935.923,31	3.461.062,92	-4.430.188,34	0,00	0,00	0,00	-1.154.394,24	0,00	-4.886,62	40.807.517,03
TOTAL	56.217.004,89	16.600.211,79	0,00	0,00	0,00	0,00	962.561,13	0,00	-3.995.013,23	69.784.764,58



PRESTAÇÃO DE CONTAS - RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2022

Quadro 5.2.A - Ativos Fixos Tangíveis - Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expro-priação	Doação, herança e outros	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão e reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12) = (2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.139.148,87	13.139.148,87
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.139.148,87	13.139.148,87
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	89.039,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89.039,42
Equipamento de transporte	0,00	1.118.733,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.118.733,70
Equipamento administrativo	0,00	38.242,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.242,12
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	30.629,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.629,30
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	2.184.418,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.184.418,38
	0,00	3.461.062,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.461.062,92
TOTAL	0,00	3.461.062,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.139.148,87	16.600.211,79

Quadro 5.2.B - Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições

RUBRICAS	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.990.126,61	-3.990.126,61
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.990.126,61	-3.990.126,61
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.109,98	-1.109,98
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.508,79	-3.508,79
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-183,33	-183,33
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	-84,52	-84,52
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.886,62	-4.886,62
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.995.013,23	-3.995.013,23



PRESTAÇÃO DE CONTAS - RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2022

Nota 6 – Locações

Contratos de locação financeira:

Quadro 6.1 - Locações Financeira - Locador

Quadro 6.1 - Locações Financeira - Locador											
Rubricas	Quantia Escriturada Líquida	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos	Rendas contingentes registradas como gasto do período
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total		
		Capital	Juro	Capital	Juro						
Aquisição de 2 viaturas elétricas	57.017,81	6.929,91	55,47	6.929,91	55,47	13.970,78	36.117,12	0,00	50.087,90	50.087,90	0,00
Total	57.017,81	6.929,91	55,47	6.929,91	55,47	13.970,78	36.117,12	0,00	50.087,90	50.087,90	0,00

Contratos de locação operacional:

Quadro 6.2 - Locações Operacionais - Locador

Quadro 0.2 - Locações Operacionais - Locador										
Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Viatura de passageiros de 9 lugares	64.014,12	11.600,55	0,00	11.600,55	0,00	12.802,82	39.610,75	0,00	52.413,57	0,00
Eq. Cópia, Impressão e Digitalização	61.180,20	11.216,37	0,00	49.963,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	125.194,32 €	22.816,92 €	0,00 €	61.564,38 €	0,00 €	12.802,82 €	39.610,75 €	0,00 €	52.413,57 €	0,00 €

Nota 7 - Custos de empréstimos obtidos

Informação no ANEXO II

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento regra geral são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis. Os bens que foram reconhecimentos na transição para o SNC-AP são mensurados pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT).

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Propriedade de Investimento - quantia escriturada e variações do período em 31/12/2021 (modelo do custo)

Quadro 8.2. - Propriedades de Investimento

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Depreciações do Período	Diminuições	
Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e Recursos Naturais	454.959,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	454.959,22
Edifícios e Outras Construções	1.057.606,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-34.113,86	0,00	1.023.492,53
Outras PI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PI em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.512.565,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-34.113,86	0,00	1.478.451,75



Nota 9 – Imparidade de ativos

Segue-se a informação sobre a quantia recuperável dos ativos.

Quadro 9.1. - Imparidade de Ativos

Quadro 512 - Imparidade de Ativos

Ativo	Quantia Bruta	Imparidades				Quantia Recuperável
		Início do Período	Ano 2022			
			Imparidade 2022	Reversão Imparidade 2022	Valor Líquido 2022	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (4)-(5)	(7)=(2)-(3)-(6)
Cientes, contribuintes e utentes	987.504,97	443.946,80	81.550,52	92.143,31	-10.592,79	554.150,96
TOTAL	987.504,97	443.946,80	81.550,52	92.143,31	-10.592,79	554.150,96

No caso dos clientes, contribuintes e utentes a dívida total ascende a 987.504,97 € e apresenta uma imparidade acumulada de 433.354,01 €, podendo ser recuperável o valor de 554.150,96 €.

As perdas por imparidade acumuladas resultam de dívidas de faturação referente aos setores da água, saneamento e resíduos sólidos e urbanos.

Nota 10 - Inventários

a) As políticas adotadas na mensuração de inventários, incluindo fórmula de custeio usada

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2022 – custo médio ponderado.

b) Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 10.1 - Inventários

Rubrica	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
(1)	(2)	(3)	(4) = (2)-(3)
Mercadorias	0,00	0,00	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	168.596,55	0,00	168.596,55
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Total	168.596,55	0,00	168.596,55

Quadro 10.2. – Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/+ (4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	0,00	894.594,71	894.594,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	161.349,69	269.488,83	251.063,06	0,00	0,00	0,00	-11.178,91	0,00	168.596,55
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	161.349,69	1.164.083,54	1.145.657,77	0,00	0,00	0,00	-11.178,91	0,00	168.596,55

c) Quantia de ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período

Em 2022 foram reconhecidos 1.145.657,77 € relativos a custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas.

d) Quantia de ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período

O ajustamento de inventários registada diz respeito a artigos que se encontram obsoletos.

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 13.1 - Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas específicas das autarquias locais	459.218,15	0,00	232.343,34	244.221,61	0,00
Multas e outras penalidades	19.876,26	0,00	15.685,89	15.683,42	0,00
Vendas					
Água	1.467.254,82	0,00	461.142,01	438.440,48	0,00
Outros	4.111,38	0,00	4.189,74	5.271,92	0,00
Prestação de serviços					
Saneamento	697.239,04	0,00	201.788,88	198.128,06	0,00
Resíduos sólidos	687.515,74	0,00	144.630,35	159.297,70	0,00
Trabalhos por conta de particulares	538,31	0,00	10.343,77	10.343,77	0,00
Mercados e feiras	1.798,68	0,00	96,47	7,26	0,00
Refeições escolares e prolongamento de horários	161.854,07	0,00	2.105,55	2.267,61	0,00
Parques de Estacionamento	90.928,05	0,00	192.833,50	81.783,40	0,00
Transportes coletivos de pessoas e mercadorias	35.483,20	0,00	887,10	887,10	0,00
Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	83.213,30	0,00	14.882,86	16.011,42	0,00
Outros	92.885,37	0,00	20.913,66	20.957,93	0,00
Outros rendimentos					
Ganhos em inventários	1.140,92	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	417.813,06	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Juros obtidos	38.601,68	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos obtidos	7.920,48	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4.267.392,51	0,00	1.301.843,12	1.193.301,68	0,00

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 14.1 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Derrama	341.212,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto municipal sobre imóveis	2.813.153,00	0,00	588.330,48	623.059,76	0,00
Imposto único de circulação	546.082,91	0,00	181.471,94	186.883,41	0,00
Impostos indiretos					
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	1.599.887,80	0,00	530.767,46	477.976,02	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Estado	6.507.561,15	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Local	200.381,25	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades e quase sociedades não financeiras	34.361,68	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros					
Reversões					
De perdas por imparidade	92.143,31	0,00	0,00	0,00	0,00
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	1.191.193,50	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	13.325.976,60	0,00	1.300.569,88	1.287.919,19	0,00

Nota: as quantias por receber referentes ao IMI, IMT e IUC referem-se aos dados disponibilizados no site da ATA à data de 31.12.2022

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município do Entroncamento, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, não foram feitos ajustamentos nas provisões para outros riscos e encargos. A provisão atual é no valor de 40.001,00 €, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Quadro 15.1 - Provisões

RUBRICAS	Quantia escriturada Inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	40.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.001,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	40.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.001,00



PRESTAÇÃO DE CONTAS - RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2022

a) Passivos contingentes

Não foram constituídas provisões para os restantes processos judiciais em curso, nomeadamente, interpostos por terceiros ao Município de Entroncamento, uma vez que o valor envolvido de indemnizações reclamadas e a probabilidade de existirem exfluxos é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade.

Descrição	Autor	Valor	Situação do Processo
Os requerentes pedem a anulação do contrato para concessão da gestão, exploração e manutenção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de telecomunicações, celebrado entre o Município do Entroncamento e a FIRST RULE, SA	PT – Comunicações, SA	0,00 €	Audiência no dia 28 de março de 2018. Município do Entroncamento foi notificado a 1.06.2021 da sentença do presente processo, na qual o TAF de Leiria julgou a ação procedente e ordenou a anulação do contrato de concessão. Encontra-se a decorrer o prazo para recorrer da sentença. Foi elaborado Recurso. Sem desenvolvimentos sem a última Assembleia
Foi deduzida a impugnação da lista de reclamação de créditos, aguardando-se ulteriores termos processuais. Foi o Município notificado da sentença de graduação de créditos, tendo a impugnação deduzida sido considerada procedente.	João Salvador, Lda.	0,00 €	Aguarda-se que seja feita a liquidação e o rateio final dos bens. Sem desenvolvimentos
Com a presente ação vem a A. pedir a condenação do Município no pagamento do valor de 3.111.885,13€ e ainda os juros vencidos desde a citação até integral pagamento	Listorres - Engenharia e Investimentos, S.A.;	3.111.885,13 € + juros vencidos	Com a presente ação vem a A. pedir a condenação do Município no pagamento do valor de 3.111.885,13€ e ainda os juros vencidos desde a citação até integral pagamento. Foi apresentada contestação pelo Município, e encontra-se agendada a Audiência prévia para o dia 22 de maio. Audiência adiada. Aguarda nova data.
Com a ação pretende o Autor que seja declarada a ilicitude da rescisão contratual operada pelo Réu e condenando o Réu a indemnizar a Autora pelos danos causados.	Rosa Lopes, Gonçalves & Associados, SROC, Lda.	32.400,00 € + juros vencidos	A Ré apresentou Recurso e o Município do Entroncamento apresentou as suas contra-alegações a 2,02,2022. Sem desenvolvimentos desde a última Assembleia
Com a ação pretendem os Autores que lhe seja reconhecido o direito de propriedade sobre o prédio urbano (loteamento), no qual se inclui a parcela de terreno com a área de 1 912 ,30m ² sito na freguesia de Nossa Senhora de Fátima, concelho do Entroncamento, que seja declarada a nulidade do Protocolo de Acordo entre o Réu Município do Entroncamento e o Autor Fernando de Jesus Ferreira.	Fernando de Jesus Ferreira, Elisabete Trindade Ferreira Gomes e outros	326.200,00 € + juros	Foi elaborada contestação. Foi o Município notificado a 29.11.2017 da resposta dos AA às exceções invocadas pelo Município na sua contestação. Município do Entroncamento foi notificado a 26.01.2023, para se pronunciar, no prazo de 10 dias, sobre a invocada exceção de incompetência absoluta que, a proceder, levará à absolvição dos Réus da instância. Foi elaborado o respetivo requerimento dentro do prazo legalmente estabelecido. Aguarda ulteriores desenvolvimentos
Com a ação pretende o Autor o reconhecimento do direito do Autor ao subsídio de reintegração.	João José Pescador de Matos Fanha Vieira	15.829,93 € +juros de mora	Autor interpôs recurso. O Município apresentou as respetivas contra-alegações. Sem desenvolvimentos desde a última informação
Com a ação veio o Autor pedir a condenação do Município do Entroncamento a pagar-lhe uma indemnização no valor de 11.768,31€, acrescida de juros de mora desde a data de citação, à taxa legal, até efetivo e integral pagamento, por responsabilidade civil extracontratual.	Jaime de Jesus Batista Figueiredo	11.768.31 €	Aguarda-se a prolação do respetivo Acórdão. Sem desenvolvimentos desde a última informação
Com a ação vem o Autor pedir que fosse julgado procedente o requerimento executivo e em consequência especificar os atos e operações em que consiste a integral execução da sentença do Processo n.º 1320/13.0BELRA-A	STAL- Sindicato Nacional da Administração Local e Regional	0,00 €	Foi interposto Recurso pelo STAL em maio de 2019. Sem desenvolvimentos desde a última informação à Assembleia.
Com a presente ação vêm os Autores requerer que sejam decretadas as nulidades de todos os atos alegados no texto pelos quais se deliberou aprovar o projeto de execução do "Parque Empresarial do Entroncamento" nas "Instalações da CP".	João Pedro de Matos Dâmaso e outros		Foi elaborada a respetiva Contestação em maio de 2019. Requerimento apresentado pelo Autor em Abril de 2021 para ampliação do pedido. Foi elaborada a respetiva oposição ao requerimento apresentado pelo Autor. Aguarda ulteriores desenvolvimentos
Com a presente ação vem a autora pedir a condenação do Município do Entroncamento a devolver as garantias bancárias emitidas pelo BCP e este a liberar as mesmas, e ainda ser o Município condenado a pagar à autora a título de ressarcimento pelos prejuízos decorrentes da retenção indevida das garantias a quantia de 5.874,17€ ou 2.067,73€, bem como a ser condenado nas custas.	Aquino Construções, S.A	5.874,17 ou 2.067,73€	Município do Entroncamento foi notificado a 13.04.2021 do conteúdo do despacho da Juiz que determinou que neste momento, devido ao acervo processual na sua posse, não se prevê data de marcação da audiência prévia, procedimento legal a seguir, tendo-se de aguardar a convocação da aludida diligência; Sem desenvolvimentos desde a última informação
Com a presente injunção vem a Requerente, requerer a condenação do Município do Entroncamento no pagamento de faturas vencidas e não pagas no valor de 28.855,10€, juros de mora no montante de 13.456,15€ e no pagamento da taxa de justiça paga pela Requerente no valor de 153,00€.	PLMJ Advogados, Sp, RI	28.855,10 € + juros de mora: 13.456,15 € + taxa de justiça: 153,00€	No dia 05.04.2022 foi o Município notificado da alteração da data da audiência de discussão e julgamento para o dia 1 de junho de 2022. Audiência adiada. Aguarda nova data
Com a presente ação vem a Autora pedir a condenação do Município do Entroncamento no pagamento da quantia de 134.369,25€ de capital, bem como no pagamento dos juros já vencidos, no montante de 59.529,31€, bem como daqueles juros que se vencerem	Mota- Engil, Engenharia e Construção, S.A	134.369,25 € de capital +juros já vencidos 59.529,31 € +juros que se vencerem	Foi apresentada a respetiva Contestação a 19.01.2021. A 17.10.2022 foi o Município do Entroncamento notificado do Despacho Saneador. Na sequência da admissão da perícia colegial requerida pela A, o Município do Entroncamento a 7.11.2022 apresentou os seus quesitos e a nomeação do perito. Aguarda ulteriores desenvolvimentos
Com a presente ação pretendem os Autores: - Que as decisões impugnadas que são relativas à obrigação dos Autores em construir os passeios e lancil na via pública e à não concessão de licença de utilização serem revogadas e substituídas por outras que concede ao prédio dos Autores a licença de habitabilidade e outros	João Pedro de Matos Dâmaso e outros	0,00 €	Foi apresentada a respetiva Contestação a 16.02.2021. Sem desenvolvimentos desde a última informação
Com a presente ação vem o Autor pedir a nulidade da deliberação que conduziu à decisão da Câmara Municipal do Entroncamento, que visa o encerramento do estabelecimento e a cessação da atividade de fabrico em curso naquele local e ainda todas as consequências legais decorrentes dessa nulidade.	HidroBetão- Corte, Furação e Demolição, Lda.	0,00 €	30.09.2021-Foi elaborada a respetiva Contestação e enviada por email ao TAF de Leiria, solicitando a aceitação da peça por essa via, atendendo a que não se conseguiu assinar a peça na plataforma SIGNIUS. A 2.11.2021 o Município do Entroncamento foi notificado, por ofício do TAF de Leiria, para vir aos Autos, por não se encontrar legível a mensagem de erro do SIGNIUS, apresentar os motivos que levaram à não assinatura digital da Contestação. Foi elaborado Requerimento de resposta e docs. e enviado por email, no dia 10.11.2021. Município foi notificado da admissão da contestação junta aos autos via correio eletrónico em 30.09.2021.
Com a presente Ação vem o Auto pedir: - a anulação do ato administrativo praticado pelo Presidente da Câmara do Réu, datado de 27 de junho de 2022, que indeferiu a pretensão da autora; - réu condenado a reconhecer o Plano de Trabalhos, Plano de Pagamentos e cronograma financeiro apresentados em 23.03.2022, como os documentos legais fundamentadores do direito à revisão de preços definitiva da empreitada em questão; - ser o réu condenado a praticar, em prazo não superior a superior a 60 dias, o ato de deferimento de pretensão do Autor, procedendo ao reconhecimento do direito a uma revisão de preços definitiva no valor de 96.282,70€ a favor da Autora, tudo com as devidas e legais consequências; -Ser o réu condenado a reconhecer que as prorrogações de prazo atribuídas a título gracioso pelas deliberações de 31 de maio de 2021 (15 dias a título gracioso) 8 de julho de 2021 (20 dias a título gracioso) e de 26 de agosto de 2021 (11 dias a título gracioso) são prorrogações legais, por não imputáveis à Autora.	Joaquim Rodrigues da Silva & Filhos, Lda.	96.282,70 €	Foi elaborada a respetiva Contestação. Aguarda ulteriores desenvolvimentos.

Nota 17 - Acontecimentos após a data de relato

17.1. Uma entidade deve divulgar a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e quem deu essa autorização. Se um outro órgão deliberativo tiver o poder de alterar as demonstrações financeiras após emissão, a entidade deve divulgar esse facto.

A preparação das demonstrações financeiras decorre até à aprovação pelo órgão executivo, órgão competente pela sua aprovação nos termos do previsto na alínea e) do art. 33.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

17.2. Se uma entidade receber informações após a data de relato, mas antes das demonstrações financeiras serem autorizadas para emissão, acerca de condições que existiam à data de relato, a entidade deve atualizar as divulgações que se relacionam com essas condições, à luz das novas informações.

À data da aprovação das contas não se verificou a necessidade de atualizar as demonstrações financeiras emitidas.

17.3. Se os acontecimentos após a data de relato, que não dão lugar a ajustamentos, forem materialmente relevantes a sua não divulgação pode influenciar as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras. Em conformidade, uma entidade deve divulgar para cada categoria material de acontecimentos após a data de relato que não dão lugar a ajustamentos, os seguintes aspetos:

(a) A natureza do acontecimento; e

(b) Uma estimativa do seu efeito financeiro, ou uma declaração que essa estimativa não pode ser feita.

Importa realçar a invasão da Ucrânia pela Rússia. Este acontecimento para além da enorme crise humanitária, irá trazer enorme instabilidade económica, cujos efeitos financeiros são difíceis de quantificar.



Nota 18 – Instrumentos financeiros

Método do custo

Rubricas	Fração do capital detido à data de relato	Quantia Escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
			Compras	Ganhos em justo valor	Reversões de perdas por imparidade	outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	outros	
Fundo de Apoio Municipal (FAM)	0,01%	319.086,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	319.086,00
Tagusgás	0,03%	3.440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.440,00
Fundação do Museu Nacional Ferroviário	0,88%	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Ribacarne (1)	-	9.975,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.975,96
Total		342.501,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	342.501,96

(1) Em processo de insolvência

Método da equivalência patrimonial

Rubricas	Valor Nominal	Ajust. Cap. Próprios	Participação Resultados	Total	Participação capital social	2022	
						Capitais Próprios	RLE
RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.L.M, S.A	5.000,00	361.014,76	-25.127,29	340.887,47	5.000,00	10,00%	3.408.874,75
							-338.746,68

A rubrica de participações financeiras apresenta o valor total de 683.389,43 €, repartido pela participação na associada mensurado ao MEP – 340.887,47 € e pelas restantes participações financeiras mensuradas ao custo – 342.501,96 €.

Nota 19 – Benefícios aos empregados

O Município do Entrecampos não detém fundos correspondentes, designadamente, a planos de pensões, planos de reforma ou planos por invalidez pelo que se entende de não aplicação a NCP 19.

Os benefícios aos empregados são de curto prazo e respeitam a despesas correntes com vencimentos, subsídios de férias e de Natal, abonos relativos a gratificação e representação, subsídio de alimentação, horas extraordinárias, ajudas de custo, abono para falhas, indemnizações por cessações de funções, contribuições e outros encargos para a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações entre outros.

As obrigações decorrentes dos benefícios aos empregados classificadas como despesas correntes são reconhecidas nos resultados do período em que os respetivos serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que é liquidado com o respetivo pagamento aos trabalhadores.

Informação detalhada no ponto 3.4.2.2.

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

No quadro seguinte indica-se os saldos e transações do Município do Entroncamento com as suas entidades relacionadas:

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação		
		Tipo	Quantia	% no total das transações
RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, SA	Participada	Prestação de Serviços e taxas	431.809,94	89,02%
		Subsídios à exploração (Recolha de RSU)	278.273,58	
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA	Participada	-	-	-
Fundação do Museu Nacional Ferroviário	Associada	Prestação serviços	382,00	0,05%
CIMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	Associada	Quotização	34.970,28	9,61%
		Projetos CIMT	41.655,53	
Médio Tejo 21 - Agência regional de energia e ambiente da região do médio tejo e pinhal	Associada	Quotização	1.324,00	0,17%
AMVT - Associação Municípios Vale do Tejo	Associada	Quotização	3.890,64	0,49%
ANMP - Associação Nacional dos Municípios Portugueses	Associada	Quotização	5.003,06	0,67%
	Associada	Serviços	373,73	

Nota 23 – Outras divulgações

23.1. Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

Regista-se nesta conta as transferências e subsídios por receber.

A data de 31.12.2022 o município tinha pedidos de pagamento feitos à Agencia para o Desenvolvimento e Coesão no valor de 984.998,91 €.

Detalhe no ponto 3.4.1.1.2.

23.2. Estado e outros entes públicos

A data de 31.12.2022 o município os seguintes saldos:

Estado e outros entes públicos	31-12-2022		31-12-2021	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	30.495,86	0,00	28.855,15
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	308.336,25	0,00	77.764,87	0,00
Outros impostos	0,00	591,17	0,00	338,29
Contribuições de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	40.392,80	0,00	34.388,26
Outras tributações	0,00	2,09	0,00	2,09
Total	308.336,25	71.481,92	77.764,87	63.583,79

23.3. Contas a receber e a pagar

Conta	2022	2021	Var.	Observações
Saldo a receber	7.337.800,96	6.674.090,38	9,05%	Detalhe no ponto 3.4.1.1. Ativo
Clientes, contribuintes e utentes	554.150,96	544.026,41	1,83%	
Devedores por transferências e subsídios	984.998,91	389.511,45	60,46%	
Estado e outros entes públicos	308.336,25	77.764,87	74,78%	
Outras contas a receber:				
Devedores por acréscimos	5.157.112,77	4.854.892,54	5,86%	
Outros Devedores	333.202,07	807.895,11	-142,46%	
Saldos a pagar	2.770.189,71	2.451.062,66	11,52%	Detalhe no ponto 3.4.1.3. Passivo
Fornecedores corrente	722.948,17	552.369,57	23,59%	
Fornecedores de investimento	276.413,19	409.692,58	-48,22%	
Credores por transferências e subsídios	1.125,00	606,88	46,06%	
Outras contas a pagar:				
Credores por acréscimos	1.112.092,93	843.962,87	24,11%	
Cauções	53.645,12	34.691,87	35,33%	
Sindicatos	1.106,92	1.044,32	5,66%	
Outros credores				
FAM	0,00	0,00	-	
Operações de tesouraria e retenções	535.766,67	515.558,46	3,77%	
Outras entidades	67.091,71	88.773,80	-32,32%	
Outros devedores e credores por transferências	0,00	4.362,31	-	

23.4. Diferimentos

Compreende principalmente os recebimentos do período, que devam ser reconhecidos como rendimentos nos períodos seguintes (rendimentos diferidos).

Detalhe no ponto 3.4.1.3.

23.5. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido apresenta o valor de 71.377.666,27 €.

Detalhe no ponto 3.4.1.2. e 3.4.2.3.

23.6. Rendimentos

Os rendimentos registaram um valor de 17.674.147,06 €, ficando acima do registado no ano anterior (+ 2.259.444,65 €).

Detalhe no ponto 3.4.2.1.

23.7. Gastos

Os gastos registaram um valor de 16.466.117,80 €, registando um acréscimo de 2.485.541,19 € face ao ano anterior.

Detalhe no ponto 3.4.2.2.



Anexo I – Caracterização da entidade



MODELO 8.2 - Caracterização da entidade

1. IDENTIFICAÇÃO		
Designação	Município do Entroncamento	
NIPC	501120149	
Natureza	Autarquia Local	
Endereço postal	Largo José Duarte Coelho - 2330-078 Entroncamento	
Telefone / Fax	Telefone 249720400 - FAX 249718615	
Endereço de correio eletrónico	geral@cm-entroncamento.pt	
Sítio na internet	http://www.cm-entroncamento.pt	
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim	Não ☒
Organograma em anexo		

2. LEGISLAÇÃO	
Regime Financeiro	Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro
Regime Jurídico	Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro

3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (a especificar – opcional)	Sim	Não
Serviços Municipalizados	☐	☒
(Se a entidade assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade)	Influência dominante	
Serviços Intermunicipalizados	☐	☒
Entidades Intermunicipais:		
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	☒	☐
AMVT - Associação Municípios do Vale do Tejo	☒	☐
Associação Nacional Municípios Portugueses	☒	☐
Entidades Associativas Municipais	☐	☒
Empresas Locais	☐	☒
Empresas Participadas:		
RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, S. A.	☒	☐
Tágusgás	☒	☐
Cooperativas	☐	☒
Fundações:		
Fundação Museu Nacional Ferroviário - Armando G. Machado	☒	☐
Entidades de outra natureza:		
FAM - Fundo de Apoio Municipal	☒	☐

4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES
Desenvolvimento de todas as atribuições e competências consignadas ao município, nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, bem como com os artigos em vigor da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Foram atribuídos pelouros a responsáveis do Órgão Executivo, designadamente: <u>Presidente da Câmara Municipal - Jorge Manuel Alves de Faria (01-01-2022 a 31-12-2022):</u> Coordenação Autárquica, Planeamento Estratégico e Desenvolvimento Económico, Ordenamento do Território e Urbanismo, Obras Municipais, Cooperação Externa e Geminação, Toponímia, Museu Nacional Ferroviário, Administração Geral e Gestão Financeira, Associativismo, Desporto e Vida Saudável, Juventude, Emprego, Inovação e Empreendedorismo, Cultura e Turismo, Família e Coesão Social, Recursos Humanos, Cidadania e Defesa do Consumidor. <u>Vice-Presidente da Câmara Municipal - Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim (01-01-2022 a 31-12-2022):</u> Ambiente e Espaços Verdes, Água e Saneamento, Educação, Biblioteca, ESER, Saúde, Sistemas de Informação e Modernização Administrativa, Comunicação e Imagem, Contratação Pública, Serviços Jurídicos, Mercados e Feiras. <u>Vereador a Tempo Inteiro - Carlos Manuel Pires Rei Amaro (01-01-2022 a 31-12-2022):</u> Obras Particulares, Sinalização Urbana e Trânsito, Indústria, Comércio e Serviços - Licenças e Taxas, Serviços Urbanos, Transportes Urbanos, Cemitério, Fiscalização Municipal, Eventos, Proteção Civil e Floresta, Segurança.

5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO
5.1. IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO
Jorge Manuel Alves de Faria - Presidente da Câmara Municipal Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim - Vice Presidente da Câmara Municipal Carlos Manuel Pires Rei Amaro - Vereador a Tempo Inteiro Rui Jorge Bértolo Lara Madeira Claudino - Vereador Rui Pedro Dias Gonçalves - Vereador Anabela Valente de Carvalho - Vereadora Luis José da Silva Forinho - Vereador

5.2 NÚMERO DE VEREADORES (1)

Em regime de permanência - 1

A meio tempo - 0

Restantes vereadores - 4

5.3 NÚMERO DE ELEITORES

Até 10.000

Mais de 10.000 e menos de 40.000

☒

Igual ou superior a 40.000

6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

O Município do Entroncamento iniciou pela primeira vez em 2020 a implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 85/2016 de 21 de dezembro). O Sistema Informático utilizado é o SNC-AP da AIRC - Associação Informática da Região Centro, o qual cumpre com todas as normas de processamento contabilísticos necessárias para o adequado registo de toda a informação.

7. OUTRA INFORMAÇÃO**7.1. AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)**

Entidade fiscalizadora	Autoridade Tributária e Aduaneira
Data da ação	04/01/2016
Período abrangido	2013
Identificação da ação	Proc.º n.º OI201401894
Entidade fiscalizadora	Autoridade Tributária e Aduaneira
Data da ação	10/10/2016
Período abrangido	2014/2015
Identificação da ação	Proc.ºs n.ºs OI201600873 e OI201600874

7.2. APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS

	Data de Aprovação	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (4.ª Alteração) (2)	15/04/2019	-
Regulamentos (vários-todos aprovados pelos Órgãos Executivo e Deliberativo)	-	-
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	-	-
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão	-	-

7.3. INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR

	Data de Aprovação	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Alteração Orçamental Modificativa (Revisão Orçamental)	15/02/2022	25/02/2022

7.4. INFORMAÇÃO RELATIVA À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

Identificação das entidades que compõem o Grupo Público

7.5. DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

(Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

	Sim	Não
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais	☒	☐
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais	☐	☒

7.6. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

(Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

	Sim	Não
- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	☐	☒
- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais	☐	☒

7.7. INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)

- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa[2]

- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro

☐☒

355

7.8. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

Início do exercício

Fim do exercício

(a)

(a)

7.9. A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)

- Data da constituição

- Entidades associadas existentes no fim do exercício

- Informação sobre a existência de atividade/movimentos financeiros na gerência

7.10. CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS	Sim	Não
(a especificar)	☒	☐
- Concessionário - Águas do Vale do Tejo, S. A.		
- Objeto da concessão - Contrato de Fornecimento de Água		
- Data de celebração do contrato - 27-10-2009		
- Período da concessão/Fornecimento - 33 anos		
- Natureza da concessão - Nos termos e de acordo com as condições previstas no contrato de concessão celebrado entre o Estado e a Águas do Centro, S.A.		
- Concessionário - Águas do Vale do Tejo, S. A.		
- Objeto da concessão - Contrato de Recolha de Efluentes		
- Data de celebração do contrato - 27-10-2009		
- Período da concessão/Fornecimento - 33 anos		
- Natureza da concessão - Nos termos e de acordo com as condições previstas no contrato de concessão celebrado entre o Estado e a Águas do Centro, S.A.		
- Concessionário - E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A.		
- Objeto da concessão - Distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município do Entroncamento		
- Data de celebração do contrato - 30-07-2001		
- Período da concessão - 20 anos		
- Natureza da concessão - Dec.-Lei n.º 344-B/82, de 01/09, com a redação que lhe foi dada pelo Dec.-Lei n.º 341/90, de 30/10		
- Concessionário - TECNOVIA, S. A.		
- Objeto da concessão - Instalação, Exploração e Manutenção dos Lugares de Estacionamento Através de Parcometros		
- Data de celebração do contrato - 08-01-2008		
- Período da concessão - 18 anos		
- Natureza da concessão - Concurso Publico		
- Concessionário - FIRST RULE, S. A.		
- Objeto da concessão - Exploração da Rede de Fibra Ótica Municipal		
- Data de celebração do contrato - 24-07-2014		
- Período da concessão - 20 anos		
- Natureza da concessão - Concurso Público		
- Concessionário - PLEASANTDEDICATION - LDA.		
- Objeto da concessão - Concessão do Uso Privativo do Domínio Público para Conceção, Construção e Exploração de Crematório no Cemitério do Entroncamento		
- Data de celebração do contrato - 21-08-2018		
- Período da concessão - 30 anos		
- Natureza da concessão - Ajuste Direto (ao abrigo da alínea b) do nº 1 do Art.º 24 do CCP)		
7.11. MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES	Sim	Não
	☐	☒

a) Sem informação disponível pela DGAL

[1] Anexar no separador "Outros documentos" cópia da ata onde conste a deliberação para fixação do número de vereadores.

[2] Anexar no separador "Outros documentos"

[3] Anexar no separador "Outros documentos" os Estatutos aprovados e demais alterações



Anexo II – Empréstimos obtidos – empréstimos bancários



MODELO 18 - Mapa de empréstimos

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Período de relato: 01-01-2022 a 31-12-2022

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Pagamentos efetuados						Montantes vencidos e não pagos em 31/12			Capital em dívida no ano N				
	N.º do contrato	Nome da instituição				N.º de registo	Data		Contratado	Utilizado	Amortização do capital				Juros		Outros encargos (a)			Capital	Juros	Outros encargos (a)	Em 01.01	Em 31.12
											Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N					
C.P.	45620906238	B.C.P.	03/02/2021	331 dias	0	-	-	Apoio à tesouraria	600 000,00	600 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
C.P.	45656082318	B.C.P.	04/02/2022	330 dias	0	-	-	Apoio à tesouraria	600 000,00	600 000,00	0,00	600 000,00	0,00	0,00	693,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total CP									1 200 000,00	1 200 000,00	0,00	600 000,00	0,00	0,00	733,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
M.L.P. - Não Isentos	9015004427491	C.G.D	08/07/2005	20 anos	16	1 789	11/08/2005	Zona Industrial 2ª Fase	368 105,00	368 105,00	283 020,20	23 701,73	61 383,07	51 041,02	94,21	2 430,43	671,50	49,80	128,65	0,00	0,00	85 084,80	61 383,07	
	9015006399691	C.G.D	29/04/2009	20 Anos	13	1036/09	26/07/2009	Financ. Diversos Investimentos	2 855 000,00	2 855 000,00	1 474 596,93	180 808,97	1 199 594,10	478 898,29	16 165,54	161 414,55	588,00	49,80	315,40	0,00	0,00	1 380 403,07	1 199 594,10	
	2217788830011	B.P.I.	04/05/2009	20 anos	13	1060/09	23/07/2009	EBI + JI Sul	902 477,00	902 477,00	444 241,08	56 384,70	401 851,22	179 811,28	8 868,34	64 077,82	0,00	0,00	0,00	0,00	458 235,92	401 851,22		
	ID 609	B.E.I.	07/04/2015	8 anos	7	1027/2015	04/09/2015	Escola Básica Norte Entroncamento	145 006,49	145 006,49	103 455,63	20 775,43	20 775,43	1 246,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41 550,86	20 775,43		
	0032.00495625660	TOTTA	23/11/2016	10 anos	5	2730/2016	21/12/2016	Substituição de dívida do PAEL	2 297 216,75	2 297 216,75	1 148 608,40	229 721,68	918 886,67	147 625,42	18 556,24	34 692,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1 148 608,35	918 886,67		
	2217788830012	B.P.I.	13/10/2016	20 anos	5	2542/2016	16/12/2016	Inv. Cemitério, Z. Indust., CineTeat., Mercado	546 900,00	488 307,00	75 407,32	25 642,48	387 257,20	15 696,57	4 011,68	114 976,12	0,00	0,00	0,00	0,00	412 899,68	387 257,20		
164.36.100182-3	M.G.	14/11/2019	20 anos	3	2494/19	06/12/2019	Marg.Bonito, CM1179, P.Atletismo, Pavimemt.	685 335,00	685 335,00	8 928,04	34 787,29	641 619,67	5 273,81	6 757,87	40 067,78	0,00	0,00	0,00	0,00	676 406,96	641 619,67			
2217788830016	B.P.I.	09/03/2021	10 anos	1	1171/2021	15/07/2021	Melhoria Desempenho Energético - 2.ª Fase - IP	453 625,00	453 625,00	0,00	0,00	453 625,00	0,00	2 667,60	27 210,81	0,00	0,00	0,00	0,00	453 625,00	0,00			
SubTotal									8 253 665,24	8 195 072,24	3 538 257,60	571 822,28	4 084 992,36	879 592,58	57 121,48	444 870,11	1 259,50	99,60	444,05	0,00	0,00	4 203 189,64	4 084 992,36	
M.L.P. - Isentos	0282000876691	C.G.D	18/08/1995	26,5 anos	26	58 869	02/08/1995	Const. de Hab. Social p/ Arrendamento	281 351,94	281 351,94	247 144,37	13 653,46	20 554,11	76 950,74	88,89	244,89	163,61	8,30	12,45	0,00	0,00	34 207,57	20 554,11	
	9015005619191	C.G.D	21/12/2007	20 Anos	15	320/07	29/11/2007	Jardim-de-infância Norte	242 100,00	242 100,00	166 674,15	14 541,60	60 884,25	30 198,68	120,12	3 838,59	779,50	49,80	207,50	0,00	0,00	75 425,85	60 884,25	
	0770035259	N.B.	31/12/2002	20 anos	19	3186	19/12/2002	Req. de Esp. Públicos do Concelho	117 311,20	117 311,20	101 200,00	6 900,00	9 211,20	42 234,84	154,51	227,02	0,00	0,00	0,00	0,00	16 111,20	9 211,20		
	0770035258	N.B.	31/12/2002	20 anos	19	3187	19/12/2002	Saneamento Básico do Conc.-1ª fase	174 248,17	174 248,17	163 968,00	10 280,17	0,00	61 597,18	63,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 280,17	0,00		
	0770035260	N.B.	31/12/2002	20 anos	19	3188	19/12/2002	Proj. de Qualif. de Zonas Urbanas	111 396,92	111 396,92	96 096,00	6 552,00	8 748,92	40 093,39	146,74	215,67	0,00	0,00	0,00	0,00	15 300,92	8 748,92		
	0770035267	N.B.	31/12/2002	20 anos	19	3189	19/12/2002	Pavilhão Polidesp.-2ª fase-Cobert.	98 063,67	98 063,67	92 160,00	5 903,67	0,00	34 676,28	37,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 903,67	0,00		
	0770035262	N.B.	19/04/2004	20 anos	18	288/03	20/01/2004	Req.Urb. Zona Env.Mercado Munic.	1 248 179,00	1 248 179,00	1 082 886,00	73 416,00	91 877,00	351 889,02	1 549,47	2 100,12	2,09	0,00	0,00	0,00	165 293,00	91 877,00		
	0770035265	N.B.	19/04/2004	20 anos	18	289/03	20/01/2004	Pavilhão Polidesportivo - 3ª Fase	333 783,00	333 783,00	289 572,00	19 632,00	24 579,00	147 387,64	414,47	562,05	0,00	0,00	0,00	0,00	44 211,00	24 579,00		
	2217788830010	B.P.I.	12/01/2005	20 anos	17	2 863	06/01/2005	Recinto Multi-usos ao Ar Livre	598 222,11	598 222,11	478 039,71	38 877,32	81 305,08	138 444,89	226,34	2 582,32	0,00	0,00	0,00	0,00	120 182,40	81 305,08		
	2217788830011	B.P.I.	04/05/2009	20 anos	13	1060/09	23/07/2009	EBI + JI Sul	362 523,00	362 523,00	178 450,72	22 649,60	161 422,68	72 359,64	3 562,40	25 739,92	0,00	0,00	0,00	0,00	184 072,28	161 422,68		
	2217788830013	B.P.I.	13/10/2016	20 anos	5	2543/2016	16/12/2016	Inv. Cine, Ciclov.,Esp.Verdes, Pav.R.And., B.G.Hum.Delig.	479 560,00	479 560,00	74 056,78	25 183,22	380 320,00	17 171,18	3 939,82	112 916,81	0,00	0,00	0,00	0,00	405 503,22	380 320,00		
	164.36.100181-5	M.G.	14/11/2019	20 anos	3	2493/19	06/12/2019	Investimentos compart.(F.Mesquita, B. Sociais)	338 000,00	338 000,00	4 403,21	17 156,75	316 440,04	1 250,82	3 332,89	23 757,22	0,00	0,00	0,00	0,00	333 596,79	316 440,04		
	2217788830015	B.P.I.	02/06/2020	20 anos	2	1392/2020	09/07/2020	Ef. Hidir (795.000) Parq. Empres. (236.000)	1 031 000,00	1 031 000,00	0,00	25 414,82	1 005 585,18	2 125,78	8 406,75	131 445,66	0,00	0,00	0,00	0,00	614 165,00	1 005 585,18		
SubTotal									5 415 739,01	5 415 739,01	2 974 650,94	280 160,61	2 160 927,46	1 016 380,08	22 043,90	303 630,27	945,20	58,10	219,95	0,00	0,00	2 024 253,07	2 160 927,46	
Total MLP									13 669 404,25	13 610 811,25	6 512 908,54	851 982,89	6 245 919,82	1 895 972,66	79 165,38	748 500,38	2 204,70	157,70	664,00	0,00	0,00	6 227 442,71	6 245 919,82	
Total Geral									14 869 404,25	14 810 811,25	6 512 908,54	1 451 982,89	6 245 919,82	1 895 972,66	79 898,86	748 500,38	2 204,70	157,70	664,00	0,00	0,00	6 227 442,71	6 245 919,82	

- (a) Identificando cada um dos mesmos, designadamente, impostos, comissões e outros encargos a especificar
- (b) Para efeitos deste cálculo, deverá tomar-se por referência os valores em dívida em 01/01/2014, constante do mapa 8.3.1 (empréstimos), que integra o correspondente processo de prestação de contas
- (c) Empréstimos que não são considerados para efeitos de cálculo da Dívida Total